

«Os Sindicatos devem ser fortes e defender os interesses dos trabalhadores, mas há necessidade de conciliar esses interesses com os interesses do País».

General RAMALHO EANES na sua recente visita ao Algarve

ANO XXI 3-3-77
(Preço avulso: 3\$50) N.º 613

Composto e Impresso
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
RIO MAIOR
Telef. 92091

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração:
GRÁFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telef. 625 36 LOULE

EURO - PORTUGAL OU NADA...

Agora, que temos animadoras perspectivas de entrar no Mercado Comum e nos abrirem as portas da Europa, não cuidemos que só nos cabe receber vantagens graciosamente...

A nossa entrada será a princípio ainda a título formal e protocolar, mas será bom não nos aturdirmos com a euforia do momento e devanearmos com eventual prosperidade não curando as responsabilidades e as necessárias urdidas de estruturações a levar por diante com urgência, convenhamos.

Primeiro, porque o Mercado Comum é um consórcio de nações civilizadas. Segundo, porque também o são avançadas tecnológicas e industrialmente.

Portugal como membro pobre, mas que terá de ser digno, não irá esmolar entre os seus pares mais ricos. Terá de tentar a aproximação e ombrejar no mérito e nas capacidades.

Naturalmente que o esforço que temos desde já a dispender obriga-nos a um olhar introspectivo e a ponderar sobre as nossas virtudes e também sobre os nossos defeitos. Mais sobre estes do que sobre aqueles.

Socialismo marxista desilude Sadat

O presidente egípcio Anwar Al Sadat mostra-se descrente do socialismo marxista.

Numa severa admoestaçao contra agitadores acusados de pretenderem derrubar o Governo, e erguer o «ídolo do socialismo», o chefe de estado egípcio, expressou-se no seguinte modo: «Adorámos esse ídolo durante anos, até que a nossa economia atingiu o zero. Que espécie de socialismo é este em que um país agrícola não consegue sequer alimentar-se a si mesmo?»

E não será também assim nos outros países socialistas?

É fartar vilanagem...

Depois da guerra o saque

Segundo testemunhas ocultares de portugueses que só agora vão regressando de Angola, por, afinal, não conseguirem adaptar-se ao tal «socialismo» de Agostinho Neto, as forças cubanas ali estacionadas continuum a saquear tudo o que podem levar para Cuba.

A terra não levam, porque é muito pesada, mas as fábricas que desmontaram, as mobílias das casas dos brancos, os frigoríficos, as geleiras, etc., etc., isso segue quase tudo o mesmo rumo: Cuba. E dizemos «quase tudo» porque, pelo menos, que se saiba, 2 barcos não chegaram aquele paraíso comunista: uma esquadra americana



obrigou 2 barcos a desviarem o rumo para Lisboa.

Tendo tido notícias do habitual «destino» dos seus baveres, muitos

(continua na pág. 2)

A Voz de Loulé

SEMANÁRIO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA REGIONALISTA



3-3-77
N.º 613

Composto e Impresso
«GRÁFICA EDITORA»
Av. João Ferreira da Maia, 20
RIO MAIOR
Telef. 92091

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO
José Maria da Piedade Barros

Redacção e Administração:
GRÁFICA LOULETANA
Rua da Carreira
Telef. 625 36 LOULE

RETROSPECTIVA do Carnaval de Loulé



Infelizmente, vem à liça o factor nevrálgico da produção, que precisamente acusa índices inadmissivelmente baixos.

Como pode, a manter-se tais exígues níveis, de igual para igual o nosso país concorrer de parceria com os outros em que o elevado grau qualitativo corre parelhas com os expressivos índices produtivos?

Naturalmente, tem de ser revisado (continua na pág. 7)

De princípio, à medida que as prepotências do tempo não anunciam boas condições climatéricas e até se mostravam animadas a agravarem as inclemências e os rigores da invernia que se tem feito sentir, manifestou-se certo desânimo e compreensiva apreensão quanto ao êxito do Carnaval

de Loulé, não só por parte dos dinâmicos elementos organizadores, como também pelos louletanos e elevado número de forasteiros que hora a hora convergiam para esta Vila, vindos de todas as bandas do país.

Criou-se assim, um clima de «suspeito» à volta do estado do

AINDA A PROPÓSITO DE TER SIDO PEQUENA

Recusada por um talhante de Loulé uma vaca que o médico veterinário considerou «própria para consumo»

Num gesto de evidente indelicadeza (ou por imperdoável distração) o sr. dr. A. C. Guerreiro, médico veterinário de Loulé, enviou-nos, registada, a seguinte cópia da carta que nos escreveu:

*«Loulé, 14 de Fevereiro de 1977
Ex-mo Sr. Director de «A Voz de Loulé»*

Em referência ao artigo publicado na «Voz de Loulé» com o título «Recusada por um talhante de Loulé uma

vaca que o médico veterinário considerou «própria para consumo», em 3-2-77, venho ao abrigo da Lei de Imprensa, solicitar-lhe que publique com o mesmo destaque e no mesmo local a seguinte resposta:

ACERCA DA REJEIÇÃO DE UMA RÉS BOVINA NO MATADOURO DE LOULÉ E DAS CALUNIAS TECIDAS À SUA VOLTA

Foi com muita estranheza e com grande indignação que li as afirmativas (continua na pág. 3)

«PRESIDENTE TRISTE» SORRI NO ALGARVE

O presidente Ramalho Eanes é correntemente tido por um homem triste devido à sua expressão facial invariavelmente muito séria, não suavizada por um sorriso fácil.

É compreensível que o peso das responsabilidades venha acentuar uma característica fisionómica que se fundamenta numa natureza reflexiva e introvertida, pouco dado a efusões exteriorizáveis, estas mais próprias do diplomata e do político que do austero militar que é.

De resto todos esses aspectos de firmeza, ponderação e serenidade que revela correspondem a certos traços psicológicos que através de actos públicos da sua vida política ressaltam com pendular espontaneidade.

Vulgarmente, portanto, o Presidente Eanes é considerado como o «presidente triste», pouco dado a expressões e a demonstrações de alegria.

É precisamente por isso, que fomos surpreendidos por uma fotografia inserida no «Jornal o Retornado», que fixa com rara oportunidade a figura do General Eanes, ostentando um dos seus raros sorrisos, aquando da sua visita ao Algarve, mais propriamente à Cooperativa Arimbo.

Também sorri o General Eanes, mas decerto num lampejo rápido a que não são decerto estranhos determinados eventos esperançosos que estão em incubação nesta sulina província de Portugal.

A INFLAÇÃO BRITÂNICA

Prémio Nobel preconiza
leiloar ou oferecer
aos cidadãos
a indústria nacionalizada

Como panaceia da grave crise que assola a economia britânica, o «Prémio Nobel» conhecido economista norte-americano Milton Friedman, alvitrou, num relatório do «Instituto

(continua na pág. 4)

tempo que não prometia amainar e ameaçava, com as suas intermitentes chuvadas, um dos melhores cartazes que Loulé orgulhosa, operosa e cuidadosamente prepara para coroar a quadra carnavalesca.

Para maior contrateempo e desapontamento, sobreveio um domingo de semelante taciturno, carregado de nuvens sombrias que, intransigentes, tombavam gojeantes e desabridas, negaceando as expectativas até aí prevalecentes.

Não obstante, toda a insegurança denotada pelo tempo, a comissão organizadora, perante a enorme afluência de público, decidiu abrir o recinto e sacrificar com satisfação na exibição que se seguiria, sete carros alegóricos que ficaram, mercê dos danos sofridos, provocados pela chuva, impossibilitados de participarem no desfile final.

Na segunda-feira, de caráiz semelhante ao dia transacto ou ainda pior, não houve oportunidades favoráveis a quaisquer exibições, pois desta feita a impertinência da chuva mais não consentiu.

No entanto os elementos organizadores desdobraram as suas atribuições para recepcionar diversos grupos de excursionistas que em viliagatura pretendiam visitar, nos armazéns onde estavam recolhidos, os carros alegóricos.

(continua na pág. 4)

NO ALGARVE

III TORNEIO INTERNACIONAL DO CARNAVAL

Campeonato Ibérico de Snipes

Nos passados dias 19, 20 e 21 decorreram em Vilamoura as regatas de Vela, pertencentes ao III Torneio Internacional do Carnaval — Campeonato Ibérico de Snipes, que congregou a comparência de grande número de concorrentes nacionais e estrangeiros.

De salientar que este certame foi (continua na pág. 7)

ASSIM VAI QUARTEIRA

ASSISTÊNCIA SOCIAL, & C.a LDA.

Quem não saberá pregar aos quatro ventos, numa condenação justa, a péssima assistência social, que suportámos no anterior regime? E quem,

com razão, poderá dizer que existem notáveis melhorias? Naturalmente, que se algumas existem, será nas (continua na pág. 4)

Aos assinantes de «A Voz de Loulé»

(PÁGINA 4)

É fartar vilanagem...

(continuação da pág. 1) portugueses tiveram uma enorme surpresa e alegria quando souberam da honesta atitude da esquadra americana contra os novos piratas do século XX.

Para os social-fascistas, porém, tudo é coerente e facilmente explicável: os soviéticos dispendem 300 milhões de dólares para conquistarem Angola e, logo, portanto, têm pleno direito a pagar-se dessas despesas (e não só).

Através de futuras explorações de petróleo, os diamantes, de algodão, de ferro, de cobre, de café, etc., etc., terão, depois, novas compensações.

Por sua vez os cubanos deram o «corpinho ao manifesto» e alguns ficaram sepultados em Angola, logo, é «aceitável» que os vivos disfrutem os bens materiais que os portugueses lhe deixaram e conseguiram através dum «fim de exploração capitalista de 5 séculos». Eles, os cubanos, são «os novos salvadores de Angola, e «limitem-se» a saquear o produto da riqueza que os outros criaram, deixando o povo entregue a si mesmo e a sofrer a fome e a miséria «provocada» pelos «imperialistas», «nacionalistas» e «capitalistas» que «exploram» o Povo.

Ultimamente, até os porcos têm sido embarcados para Cuba, em caixotes.

Por isso, os cubanos podem dizer agora: Angola é nossa.

Entretanto o Povo passa fome, pois até já nem há galinhas. Pessoa amiga, vinda de Luanda há poucas semanas contou-nos que há 6 meses que não provava galinha nem frango. Estava sequiosa de saudades de um frango assado...

Os únicos privilegiados (é a tática) são as cúpulas do partido único e os cubanos (claro). Para esses há quase tudo...

O caso de Angola é igual ao de Espanha: a U. R. S. S. «guardou» 2,1 bilhões de dólares que o governo comunista lhe confiou (para não cair nas mãos do general Franco) em 1936 e ainda hoje continua a sustentar que esse ouro foi largamente dispendido em armamento aos republicanos espanhóis durante a guerra civil, o que quer dizer que a U. R. S. S. se serve da riqueza dos próprios países para os arrazar.

O escândalo do ouro espanhol, considerado o maior roubo da História foi agora reavivado a propósito da normalização das relações diplomáticas entre a U. R. S. S. e Espanha, pois os nossos vizinhos ainda têm vagas esperanças (ilusões!) de algum ouro lhes ser devolvido.

Com medo que o mundo soubesse que estava financeiramente arruinada, a Espanha guardou profundo segredo sobre o destino do seu ouro, mas mesmo assim o povo espanhol sofreu tremendo sacrifício e miséria indescritível para se reerguer da tragédia que os comunistas fizeram desabar sobre o seu país.

JOSÉ GUERREIRO NETO & FILHO, LDA.



SE PRETENDE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO PARA
O SEU PROBLEMA...

— IMPERMEABILIZAÇÕES:
COBERTURAS, PAREDES, FUNDACÕES, DEPÓSITOS, etc.

— PAVIMENTOS INDUSTRIALIS E PECUARIOS

— ISOLAMENTOS TÉRMICOS:

CAMARAS FRIGORÍFICAS, COBERTURAS, etc.

Uma equipa de pessoal especializado
encontrar-se-á ao seu dispor

Escritório: Rua Padre António Vieira — LOULÉ
TELEFONE 62283

João F. Alves, Lda.

SECRETARIA NOTARIAL DE LOULÉ

1.º Cartório

**NOTÁRIO: LICENCIADO
NUNO ANTÓNIO DA ROSA
PEREIRA DA SILVA**

Certifico, para efeitos de publicação, que por escritura de 11 do mês corrente,

Dez mil holandeses preparam as suas férias em Portugal

Estão em preparo as férias em Portugal de 10 000 holandeses.

Doze agentes de viagem da Holanda, acompanhados por um jornalista do «Telegraf», visitaram o Algarve e estabeleceram contactos com unidades hoteleiras.

O afluxo de turistas holandeses far-se-á à razão de 370 por semana, entre 1 de Abril e 31 de Outubro.

Vão ser fretados à TAP dois «charter» para o transporte semanal, entre a Holanda e Faro.

Substituição das notas de 20 Escudos

Sob o lema da poupança de divisas o Governo vai pôr em circulação moedas de 25\$00 (de cobre e níquel), fabricadas em Portugal, para substituição das notas de 20\$00 impressas no estrangeiro.

A emissão ascenderá a um milhão de contos.

MURO DE BERLIM

SÍMBOLO DA INCOMPATIBILIDADE

No decurso da sua recente viagem à Europa, o vice-presidente norte-americano, Walter Mondale, não escondeu a forte impressão que lhe suscitara a contemplação ao «muro de Berlim».

«É difícil imaginar um símbolo mais dramático do malogro de um sistema de aproximação», confiou ele aos jornalistas que o acompanhavam a bordo do avião que o conduziu à antiga capital alemã para Roma.

Ao lembrar a visita do presidente John Kennedy a Berlim, em 1963, evocou a sua histórica frase «Ich bin ein Berliner» (Eu sou um berlinense) a que ajuntou o seguinte comentário: «Nenhum berlinense pode esquecer aquela frase, que não pode ser repetida».

Junto ao tristemente célebre «muro de Berlim», Mondale disse: «Apenas podemos rezar para que o progresso veja o dia em que este tipo de muro desapareça. No decurso da

História, muitos muros foram construídos, mas a maior parte deles destinava-se a manter de fora os inimigos. Este foi construído para manter o povo encerrado».

NOVO SISTEMA DE PAGAMENTO DE MULTAS

A coberto de novo articulado legal, em vigor a partir de 27 passado, foi simplificado o processo de pagamento de multas por infrações ao Código de Estradas e subjacente legislação rodoviária.

Nesta conformidade, deixa de ser paga directamente aos agentes da autoridade a transgressão cometida, excepto se o transgressor for peão ou não domiciliado em Portugal.

Igualmente, deixa de ser praticável o pagamento por meio de vale de correio ou cheque, pois passam a ser utilizados selos fiscais colocados no próprio impresso emitido pela entidade autuante.

Mantém-se o prazo de 15 dias para satisfazer o pagamento voluntário, findo o qual a multa será paga coercivamente, em tribunal.

Depois de selado o referido impresso este deverá ser entregue pelo próprio transgressor ou por outrem, em qualquer esquadra ou posto policial ou posto da Guarda Nacional Republicana.

Depois da verificação por parte das autoridades o impresso é devolvido o respectivo talão com metade dos selos colados.

O talão deve ser guardado e de modo algum utilizado pois serve de justificativo do pagamento.

Agravamento dos preços dos pneus

Os pneus, como de resto, outros tantos artefactos, atravessam também uma maré alta. Acusam um acréscimo de 20 a 30%, o que representa encarecimentos unitários na ordem das centenas de escudos.

lavrada de fls. 118 a 119, do livro n.º A-92, de notas para escrituras diversas, do Cartório acima referido, foi constituída entre João Ferreira Alves e Maria Clara Rocha Pontes Alves, uma sociedade comercial por quotas de responsabilidade limitada, nos termos contantes dos artigos seguintes:

Primeiro — Dependem do consentimento da sociedade as cessões de quotas a estranhos.

Quinto — 1. A sociedade

será representada em juízo e fora dele, activa e passivamente, por qualquer dos sócios, que ficam desde já nomeados gerentes, com dispensa de caução.

Quinto — 2. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 3. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 4. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 5. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 6. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 7. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 8. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 9. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 10. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 11. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 12. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 13. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 14. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 15. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 16. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 17. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 18. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 19. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 20. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 21. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 22. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 23. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 24. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 25. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 26. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 27. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 28. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 29. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 30. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 31. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 32. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 33. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 34. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 35. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 36. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 37. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 38. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 39. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 40. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 41. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 42. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 43. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 44. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 45. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 46. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 47. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 48. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 49. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

Quinto — 50. A sociedade não poderá ser obrigada em fianças, abonações, letras de favor e outros actos e contratos estranhos aos negócios sociais.

AINDA A PROPÓSITO DE TER SIDO PEQUENA

Recusada por um talhante de Loulé uma vaca que o médico veterinário considerou «própria para consumo»

(continuação da pág. 1)
ções produzidas na «Voz de Loulé», de 3-2-77, pelo seu director e proprietário.

E que, alguns dias antes, o sr. José Maria, que eu nunca tinha visto mais gordo ou mais magro, pediu-me telefonicamente para lhe prestar alguns esclarecimentos sobre a falta de carne, etc., ao qual accedi de pronto, deslocando-se aquele senhor ao matadouro de Loulé, onde falámos.

A pseudo-intervista consistiu num desmentido das informações de que o sr. José Maria era portador, e no esclarecimento deste da verdade. Mas, segundo presumo, o «discurso» já estava cozinhado e foi servido sem alterações.

Assim, obrigo-me a repetir aqui no jornal o que disse pessoalmente ao director do mesmo, a fim de o público ficar esclarecido e conhecer a verdade dos factos, pois deve ter ficado confuso com todo aquele amontoado de mentiras e calúnias.

Não é verdade que o problema da falta de carne estivesse resolvido em todas as vilas e cidades algarvias, onde havia intervenção da J. N. P. P. Foi explicado ao sr. José Maria que todos os matadouros intervencionados procediam igualmente perante a lei, respeitando-a. O facto de dois ou três matadouros abaterem um número maior de rezes deve-se, muito provavelmente, a entendimento entre os talhantes, o que é completamente alheio ao respectivo veterinário municipal e ao matadouro. Foi também informado de que, muito em breve, cessaria a intervenção da J. N. P. P. na maioria dos matadouros, passando estes ao regime de auto-abastecimento, o que aliás já se verifica.

Não é verdade que a rês bovina rejeitada no matadouro de Loulé, referida no seu jornal, tenha sido recusada por qualquer talhante. A rês foi rejeitada, após uma segunda observação, com critério e responsabilidade exclusivos do veterinário municipal. A referida rês só saiu do matadouro depois de rejeitada, nunca tendo sido entregue a qualquer talhante. Acrescento ainda que a rês em causa, apesar de ser magra e de ter má apresentação comercial, não era suscetível de prejudicar a saúde de quem a ingerisse, como insinua com má fé, visto que o motivo de rejeição, foi somente magreza. Devo esclarecer também, que, como veterinário municipal, a minha preocupação é a defesa da saúde pública.

Diz-se no artigo em questão: «mas quem paga é o Zé Povo que paga (cara) a carne que não presta de animais abatidos por profissionais incompetentes (mas bem pagos) e para os quais a palavra higiene não tem qualquer sentido.

A carne proveniente de rezes bovinas abatidas neste matadouro pode considerar-se de muito boa qualidade visto que provém de rezes quase exclusivamente classificadas em 1.ª classe. Quanto à competência dos profissionais deste matadouro parecem-nos ter o sr. José Maria capacidade para julgá-la! E é lamentável que tendo o sr. José Maria estar no matadouro de Loulé, não tenha tido a iniciativa de apreciar a limpeza e higiene do mesmo, recorrendo ao «diz-se». Penso dizer-lhe que o matadouro de Loulé é lavado sempre que é utilizado e a limpeza do mesmo pode ser observada por quem o desejar.

Diz o sr. José Maria, a terminar, que o 25 de Abril não lhe concedeu a liberdade de imprensa para que «continuasse a mentir ou a encobrir a verdade. Que infelicidade, sr. José Maria! Menti antes do 25 de Abril e ainda continua a mentir, desinformado, com total falta de respeito pelo público leitor do seu jornal».

(assinatura ilegível)

Para começar, devemos esclarecer ao sr. dr. que foi também com «muita estranheza e com grande indignação» que lemos a sua resposta.

De facto, não conseguimos perceber como é que, mentindo tão descarada e paradoxalmente, o sr. dr. Guerreiro pretende esclarecer a verdade.

Parece incrível como é possível que, ao pretender desmentir-nos V. Ex.ª caia na incoerência de se limitar a confirmar a verdade daquilo que escrevemos.

Se procurámos falar pessoalmente com o dr. veterinário de Loulé foi apenas para obtermos a confirmação do que nos disseram. Isso prova que realmente estávamos interessados em saber a VERDADE. O que o sr. dr. nos disse foi, pois e apenas, a confirmação exacta do que já sabíamos e por isso o «cozinhado» foi servido sem alterações. Nada havia que justificasse proceder a alterações.

Fomos ao matadouro de Loulé em busca da verdade e foi esta que revelamos aos nossos leitores.

Escrivemos: «Quando «A Voz de Loulé» mentir levem-na ao Tribunal ou calem-na (se tiverem forças para o fazer) mas não a caluniem por dizer Verdades que o Povo precisa saber... para se esclarecer» e vem agora o Dr. Guerreiro dizer-nos que «o público deve ficar esclarecido e conhecer a verdade dos factos, pois deve ter ficado confuso (o sublinhado é nosso) com todo aquele amontoado de mentiras e calúnias».

Repare-se bem na trapalhada desta afirmação. Esta nem lembrava ao Diabo!

O Sr. Dr. Guerreiro, é que deve andar muito confuso por ter lido verdades que em nada o prestigiam e daí esta sua violenta reacção.

O sr. Dr. também mentiu quando escreve «estar o problema resolvido em TODAS as vilas e cidades». Fomos claros ao escrever «nas vilas e cidades onde o problema existiu», o que não é a mesma coisa.

O facto de algumas terras haver carne com relativa abundância e noutras escassear totalmente, faz-nos pensar que há critérios diferentes perante a Lei e não total uniformidade, como diz.

Parece-nos salutar saber que foi de tal forma desastrosa a intervenção da J. N. P. P. que o Governo teve de dizer: basta de asneiras.

Resta saber se a solução agora encontrada será a mais desejável ou a única possível no momento actual.

Quanto ao problema da vaca, lamentamos imenso que o sr. Dr. Guerreiro tenha tido o insensatez de escrever o seguinte: «Não é verdade que a rês bovina rejeitada no Matadouro de Loulé, referida no seu jornal, tenha sido recusada por qualquer talhante».

Isto é o cúmulo!

Afinal a rez não foi recusada e foi rejeitada e não diz quem a rejeitou.

Então o sr. Dr. já não se lembra que um talhante de Loulé recusou levantar a vaca do Matadouro e que tem 2 testemunhas que ouviram e comprovaram essa sua negativa?

Então o sr. Dr. já não se lembra que insistiu tanto em que a vaca fosse levantada que obteve esse talhante a propôr-lhe a oferta ao Hospital de Loulé só para evitar um «aquecimento» da situação?

Porque não comenta o sr. Dr. a razão da 2.ª observação?

Se a vaca era boa para alimentação humana porque preferiu queimá-la em vez de permitir que fosse oferecida ao Hospital?

Contaram-nos a «história» da vaca e quizemos saber a opinião do sr. Dr. Veterinário acerca desse assunto e como V. Ex.ª nos confirmou que «a vaca foi queimada» considerámos uma verdade indescutível.

Não percebemos porque desmente o que confirma.

É evidente que a vaca «só saiu do Matadouro depois de rejeitada» e por isso não foi entregue a qualquer talhante.

Pudera!

Se o comerciante recusou terminantemente levantá-la é evidente que ela

não lhe foi entregue.

Revelando requintado desejo de improvisar pretextos para nos confundir, o sr. Dr. Guerreiro manifesta-se tão perturbado que teve a infeliz e absurda ideia de escrever esta enormidade: «a rês não era susceptível de prejudicar a saúde de quem a ingerisse, como insinua com má fé».

Acerca do estado da vaca apenas escrevemos: «carne cujo valor nutritivo seria igual ao da borracha virgem», expressão esta que foi totalmente deturpada por quem não está interessado na verdade.

A nossa referência à saúde e vida das pessoas é feita quase no final do artigo e corresponde, naturalmente, à falta de higiene que nos garantiam existir no Matadouro de Loulé, (onde a Lei é infrigida sempre que aí são vacinados cães, (operação totalmente proibida naquele local) e também no carro da carne, onde os animais são transportados nas mais incríveis condições de nojice.

Ninguém nos disse: nós vimos.

A incompetência (que nos perdoem os trabalhadores do matadouro) tem-nos sido salientada várias vezes quando reparámos no aspecto repugnante e escuro de certa carne e nos dão como resposta: é culpa de quem abate os animais, pois a maneira como o animal é sangrado (o trabalho não é bem feito) altera o aspecto da carne.

Se a isto não se pode chamar incompetência, que nome se poderá dar?

Não duvidamos que o Matadouro seja lavado todos os dias mas isso não é tudo.

Sabe, sr. Dr. Guerreiro, achámos curioso que tenha começado a sua carta dizendo que «nunca nos tinha visto nem mais gordo nem mais magro». Connosco passa-se exactamente o mesmo, até porque V. Ex.ª veio para Loulé há escassos meses. Por isso V. Ex.ª fiou-se no «diz-se» e caiu numa esparrela para afirmar leviana, sarcástica e cavilosamente que «mentiamos antes do 25 de Abril e ainda continuamos a mentir, desinformando com total falta de respeito pelo público leitor do seu jornal».

Afinal de contas, o sr. Dr. mentiu ao afirmar que recorremos ao «diz-se» e acaba por mentir dando crédito ao «diz-se» com que o injectaram, fazendo afirmações de flagrante vacuidade e despídas de qualquer senso ao afirmar que já mentímos antes do 25 de Abril.

Então o sr. Dr. ainda não sabe que é extremamente perigoso fazer afirmações dessa natureza com base em informações de pessoas irresponsáveis?

Então o sr. Dr. não está mesmo a ver que os seus informadores não vão ter a «coragem» de citar um único exemplo e que, afinal, é V. Ex.ª quem fica mal colocado por levantar falsos testemunhos e mentir involuntariamente e inconscientemente?

Porém, a verdade dos factos é tão evidente e vem tão claramente à superfície que, até ao pretender desmentir-nos mais não faz do que confirmar o que dissemos.

O sr. Dr. Guerreiro baralhou de tal forma aquilo que escrevemos que quase nos deixou confusos e por isso tivemos necessidade de ler novamente o artigo que havíamos escrito. E deparamos com a falta da palavra NÃO que, naturalmente, inverte o sentido daquilo que pretendímos dizer.

Por isso repetimos o seguinte pétodo: «um veterinário tão diferente que NÃO tem dado solução às sugestões que lhe têm sido apresentadas».

Claro que a falta da palavra não faz confundir a sequência do artigo e por isso se impunha esta rectificação, que não será agradável ao Dr. Guerreiro...

Aliás, o critério usado pela J. N. P. P. definia-se muito simplesmente por empatocracia, o que quer dizer que arranjava pretextos para travar, travar... E é natural que o Dr. Guerreiro não pudesse agir... por culpa da J. N. P. P.

José Cheta Canções Para você cantar

BANDA DO CASACO

Morgadinha
Quem te disse a ti
Que a tua terra
Era um jardim
Cheirando a erva
E a alecrim
Enganou-te
Trocou-te a gramática
Virou-te a fonética
Que a tua terra
Não cheira assim

Morgadinha
Quem te disse a ti
Que a tua terra
Era um jardim
Cheirando a mar
Cacau e a marfim
Enganou-te
Trocou-te a gramática
Virou-te a fonética
Que a tua terra
Não cheira assim
Dinis o diz
Dinis o quiz
Muito senhor do seu nariz
Morgadinha dos Canaviais
Dinis Dinis
é outro país
Já por aqui toda a gente o diz
Morgadinha dos canibais
Canibais são avós e pais

Morgadinha
Quem te disse a ti
etc., etc.

trabalho, temas de maior acesso e adaptámos de tradicionais portugueses: desejo que vinha desde a Filarmónica. Fraude à Música Novarum. Não é, ainda (não será nossa meta), um album fácil, mas seguramente, está — e tal importa para que seja, ao menos, eficaz — mais próximo de quem ouve. Como nos «Benefícios...» ficam nele respostas por dar. É intencional. Competirá ao ouvinte «Compôr» o que falta como se um jogo fosse. E é o de facto. A música popular terá de ser como um jogo onde todos participem: quem a faz, quem a divulga, quem a ouve, quem a critica.

BANDA DO CASACO

«IN ZAIRE»

Canta: Johnny Wakelin

Once there was a battle there in Zaire
Hundred thousand people there in Zaire
All those people gathered there in Zaire
To see the rumble in the jungle there in Zaire

Came a man called Elijah in Zaire
With him came the superstar in Zaire
All those people came from far in Zaire
To see the rumble in the jungle there in Zaire

And who was the victor in the night?
Ijah Mohamed's bay, Ali, won the fight.

All those people chanted there in Zaire
Seven rounds of torture there in Zaire

One more round and Ali's there in Zaire
There was great excitement everywhere in Zaire

The light struck twice in the night
First in the ring and then after the fight.

In Zaire, In Zaire, In Zaire...

JOHNNY WAKELIN

«IN ZAIRE»

Nascido em Brighton, Johnny Wakelin sempre quis vir a ser cantor e nem mesmo um grave acidente de viação, em que perdeu uma perna, o impediu de concretizar essa ambição.

Johnny Wakelin é o homem que fez de Mohamed Ali, uma superestrela do mundo da música POP, ao gravar a canção «Black Superman». Hoje, um ano depois do êxito alcançado por esse disco, os ritmos africanos de «In Zaire» estão a dar que falar no mundo da música.

Johnny esperou quinze anos para começar seriamente a sua carreira, e agora, com trinta e sete anos, provou com o seu segundo hit e com o seu primeiro álbum, comercializado há pouco no nosso país, que valeu a pena tanta paciência.

EVITE CAIR



Improvisar com caixotes ou outros objectos uma escada é praticamente provocar uma queda. Acabe de uma vez por todas com estas improvisações.

SIEMENS SURDOS

Um símbolo de qualidade de Fama Mundial



MOURATO REIS

Especializado em Acústica Médica na Alemanha

ATENÇÃO LOULÉ

Consultas no dia 16 de MARÇO na Farmácia Pinto Encontra-se nesta vila o Especialista da nossa Casa para fazer a aplicação de prótese auditiva e assistência técnica

Escritórios e Laboratórios em Lisboa: Rua da Escola Politécnica (entrada pela Calç. Eng. Miguel Pais, 56-1.º)

Aos assinantes de «A Voz de Loulé»

Há mais de 20 anos que muitos dos nossos dedicados assinantes, a si mesmo impuseram o hábito (para nós benéfico), de se deslocarem à nossa Redação no princípio de cada ano para... liquidarem a sua assinatura anual.

Este ano, esse hábito, está a ser repetido e é particularmente agradável saber que essa atitude é também sínonimo de apoio e incentivo à linha de orientação dada à «A Voz de Loulé».

E é evidente que terá de ser um novo preço dado que o nosso jornal passou de quinzenário a semanário. Até o mante-lo nesta periodicidade é problema de certa monta e grande responsabilidade para quem não pode fazer do jornalismo profissão.

É carolice que o grande amor à terra natal e o desejo de a servir, continua a justificar.

O porte de correio e a periodicidade do jornal são 2 factores importantes no seu custo. Daí as nossas dúvidas no momento presente.

No entanto, dos assinantes que têm manifestado desejo de pagar a assinatura, estamos recebendo um depósito de 100\$00 que, em princípio, liquidará o jornal por 6 meses, dentro do território nacional.

Não queremos deixar perder esta oportunidade para agradecer ao Dr. Layster Franco a referência feita no seu «Correio do Sul» a propósito da mudança da periodicidade do nosso jornal, a qual foi feita nos seguintes termos:

A VOZ DE LOULÉ — Passou a publicar-se semanalmente, o nosso estimado colega A VOZ DE LOULÉ que, de há tempo sob a competente direção do nosso prezado amigo sr. José Maria da Piedade Barros, há 22 anos quinzenalmente se publica na importante vila algarvia de que tira o título.

Sinceramente o felicitamos pelo evento. Numa época ou, pelo menos, num período em que a imprensa regional — a pequena imprensa como lhe chamam aqueles a quem nós pagamos — está sendo vítima de vexames, de incompreensões e de injustiças, tal facto representa uma manifestação de vitalidade e de coragem que muito nos apraz assinalar e a que desejamos os melhores frutos.

Porém, como acima de tudo, prezamos o trabalho honesto, sentimos que podíamos tirar algum partido dessa generosidade governamental e, sem grande prejuízo, compensar os nossos assinantes com a oferta de mais 2 jornais em cada mês... até final de Dezembro.

Praticamente todos os assinantes tinham pago as suas assinaturas até ao fim do ano e receberiam os jornais a que tinham direito. Ningém ousaria pedir-nos contas da diferença da taxa postal que o Governo aboliu... para beneficiar a imprensa regional.

Porém, como acima de tudo, prezamos o trabalho honesto, sentimos que podíamos tirar algum partido dessa generosidade governamental e, sem grande prejuízo, compensar os nossos assinantes com a oferta de mais 2 jornais em cada mês... até final de Dezembro.

Porque a verdade é que esses jornais foram mesmo oferecidos, dado os \$50 da taxa que pagariam não compensar os 3\$50 do custo do jornal a enviar para a maioria dos assinantes.

Já em relação ao estrangeiro o caso é diferente. Os assinantes são em menor número, mas, no final do ano, cada jornal teria pago 4\$80 de porte de avião, preço este bastante mais elevado do que em Janeiro de 1976, altura em que os cálculos da assinatura foram feitos. No entanto, durante 2 meses, não pagámos portes para o estrangeiro.

Ora estas grandes oscilações, levantam-nos sérios problemas quanto ao preço a fazer em relação às assinaturas de 1977.

Durante mais de 20 anos fixámos o preço das assinaturas no princípio de cada ano e o pagamento adiantado servia principalmente para ajudar a manter o jornal.

Porém, com a inflação registada em 1976, teríamos ficado grandemente prejudicados se não fora o facto de o Governo ter decidido anular o pagamento da taxa postal.

O que está a passar-se agora é ainda mais grave, pois supomos que se atravessa a maior crise inflacionária jamais registada em Portugal e por isso não nos parece sensato fazer previsões de preços de assinatura para um ano futuro.

No que diz respeito à Casa dos Pescadores, parece que a coisa é bas-

RETROSPECTIVA DO CARNAVAL DE LOULÉ

(continuação da pág. 1)

Nesses grupos estavam integrados alguns jornalistas. Foi visível a satisfação que transpareceu nos semblantes dos visitantes pelo que lhes foi dado apreciar.

O último dia de Carnaval nasceu algo promissor com algumas abertas no céu, por entre as quais espreitava um sol de inverno.

As oscilações do tempo seguiram-se mais bonançosamente na parte da tarde, permitindo então, como se o tempo quisesse competibilizar com a insatisfação geral, um espetacular desfile de carros alegóricos engolfados por uma multidão esfusante que congelou por completo a mais ampla arteria louletana, dando largas a demonstrações de mais entusiasmo.

A Avenida José da Costa Meaia, foi realmente pequena para albergar, dentro do seu leito, tamanha mole de gente dominada pelo mesmo traço comum, o de apreciar e comparticipar num autêntico festival fora de série, que teve como legende e pretexto polarizantes o Carnaval de Loulé.

Foi de facto um espetáculo digno das honrosas tradições do Carnaval de Loulé. Valeu bem a pena pagar um bilhete para ver o espetáculo da Batalha das Flores de Loulé.

Assim, sim, vale a pena fazer Carnaval e fazer propaganda para atrair festeiros.

Tão bons os carros eram, que será extremamente difícil dizer qual era o carro mais bonito.

gratula-se com o êxito obtido e considera este inovável festival carnavalesco como um passo em frente, moralizador e incentivador de outros cometimentos, tanto mais digno de encômios quanto assinala que nenhum acidente houve a perturbar o grandioso e movimentado espetáculo.

Pois, decerto, a todos quantos testemunharam este marcante acontecimento, deve ter ficado arraigada a certeza de que a última tarde de entrudo valeu com o resgate e reabilitação de duas anteriores tardes invalidadas pela chuva, que não chegaram para empanar o brilho e a vibração do Carnaval de Loulé.

Foi de facto um espetáculo digno das honrosas tradições do Carnaval de Loulé.

Valeu bem a pena pagar um bilhete para ver o espetáculo da Batalha das Flores de Loulé.

e do resto o que é de costume.

Assim, sim, vale a pena fazer Carnaval e fazer propaganda para atrair festeiros.

Tão bons os carros eram, que será extremamente difícil dizer qual era o carro mais bonito.

★

Cabe aqui rectificar que saiu gralhado (no penúltimo número) o nome de um dos dinâmicos componentes da Comissão de Carnaval que é o sr. Fernando Barracha e não Fernando Barrafas.

Do facto pedimos desculpa a este nosso amigo.

★

ASCENDE A 390 CONTOS A RECEITA DO DESFILE CARNAVALESCO

Com o reduzido desfile realizado no domingo que a comissão organizadora pretendeu contemplar a elevada aglomeração de público, apuraram-se em resultado dos bilhetes vendidos 108 contos.

A venda de bilhetes provenientes do último dia de Carnaval veio a atingir o montante de 287 contos, pelo que se apurou uma receita global de 390 contos.

★

BAILES CARNAVALESCOS DA COMISSÃO ORGANIZADORA

Averbaram animação e decorreram num ambiente plenamente sa-

A INFLAÇÃO BRITÂNICA

(continuação da pág. 1)

of Economic Affairs», de Lonares, que «a única coisa a fazer com os caminhos de ferro, aço e todas as indústrias nacionalizadas era a Grã-Bretanha ver-se livre delas, vendê-las em leilão».

Ao encerrar o seu parecer, confia: «Ao fazer-se isto matavam-se dois coelhos com uma só cajadada: reduzia-se o défice do Estado e encorajava-se uma economia privada mais eficaz. As indústrias libertas do controlo do Estado não voltariam a ser deficitárias, mesmo que fosse preciso esperar um ano ou dois até voltarem a adquirir uma certa estabilidade».

IMPORTAR É A ALTERNATIVA

Para suprir as lacunas de uma baixa produção Portugal não tem outro remédio se não recorrer a maciças importações.

As principais quebras, relativamente ao ano anterior, incidem nas produções do arroz (37%), do milho (17%), do feijão (26%), no tomate e na batata (26%).

tisfatório os bailes carnavalescos de Loulé, realizados pela comissão organizadora nas noites de 20, 21 e 22.

Abrihantaram os referidos bailes as orquestras andaluzas «Época 69» e «Nuevas Melodias».

Durante o Carnaval foram tocadas com grande frequência conhecidas e apreciadas músicas dos bons velhos tempos em que as pessoas cantavam as canções em moda e fixavam-nas para as repetir constantemente com a graça e a espiritualidade despreocupante da verdadeira alegria de viver.

Um injustificado saldo negativo de 300 mil contos

na compra de carne

Segundo assevera o «Tempo», o País teria poupar 300 a 350 mil contos se se tivesse concretizado o negócio proposto por uma firma da República Federal da Alemanha para a venda de carne congelada a Portugal. Em respiro daquele jornal, acrescentamos que o Governo Português, apesar das diligências da Junta Nacional dos Produtos Pecuários, não adjudicou a proposta feita em condições excepcionalmente vantajosas para fornecimento de 30 000 toneladas de carne congelada.

Feitas as contas, o quilo de carne custou por volta de 36\$00, quando poderia ter custado 35\$60, não faltando na qualidade, pois em vez de vitela se adquiriu vaca.

Também nas condições de pagamento foi nítida a desvantagem da transacção. O pagamento foi feito em dólares, quando se poderia ter recorrido ao crédito de um ano e sóvida a compra em escudos se por tal se optasse.

Ao fim e ao cabo emerge de tudo isto, sem nenhuma razão aparente e plausível, uma operação onerada em 300 mil contos, que mais vem depauperar o já periclitante erário nacional.

Ainda haverá algum Tenreiro metido nestes negócios?

Ou quem as faz agora são aqueles que criticam o Tenreiro?

Empresa de grande porte reduzida a meia laboração

Não nos move intuito de assacar displicência ao projecto que criou a FISIPE, importante unidade textil recentemente inaugurada. Nem tão pouco, há falta de elementos mais conclusivos, verberar as deficiências condições energéticas que a condicionaram e a afogaram.

Se no primeiro caso a empresa aludida, que exigia um investimento na ordem dos 1 400 000 contos, está preparada teoricamente, e em última análise, para uma poupança de cinco milhões de contos em divisas em cada dez anos; e se no segundo caso, por motivos alheios à sua vontade, a energia eléctrica só lhe tem chegado para meia laboração, a verdade de manda que se diga que é para estranhar que tão prolongada restrição tenha comprometido logo de início a sua estabilidade económica e as finalidades com que foi concebida: a que revindaria em benefício da balança de pagamentos do país.

Merce e justifica estranheza e reparo que perante a conjuntura a FISIPE, que recebia com limitada potência a energia eléctrica cedida pela CUF, tivesse de esperar (e somar prejuízos) ao fim de morosas formalidades burocráticas, para ser ligada à rede nacional.

Até parece que a economia nacional nada em maré de rosas e se pode dar ao luxo de alimentar aniquilante e perdulária burocracia.

PROBLEMAS ACTUAIS

Prezado Piedade Barros

Levantei várias vezes a pena nas últimas semanas para lhe escrever umas linhas e renovar desta forma o cordão umbilical que me liga tão solidamente ao Algarve e por ele sentir-me mais perto da minha não esquecida Província.

Mas todos os factos que me propunha analisar eram por natureza políticos e para eles faltava a competência, o gosto, e constato que, também, não posso a dialéctica demagógica tão necessária agora para o diálogo político.

Por enquanto e até ver só me trazem ao vosso convívio epistolar assuntos pontuais que respeitam à Província e que, de acordo com a minha óptica, se possam enquadrar em qualquer política nacional caracterizada pelo desenvolvimento económico bem condicionado pelo social.

Para hoje foram três os assuntos que me estimularam a caquear consigo e com os leitores de «A Voz de Loulé». A saber: os empréstimos recentemente aprovados na Assembleia da República, a nossa entrada para a Comunidade Económica Europeia e, por último, o parque industrial da Covilhã.

Começamos pelos empréstimos externos.

Parece-me superfluo procurar razões que impuseram ao Governo a procura no estrangeiro de capitais para colmatar os vários «deficits» que durante os últimos anos se ampliaram desmedidamente. Viu-se, a par e passo que o descalabro financeiro se «processava» no «Pec», o Tesouro avançadamente amealhado no Banco de Portugal ir-se transferindo para outros locais ou por penhora perda potencializadas.

A população portuguesa foi bem informada destes acontecimentos. Em todos os discursos dos responsáveis económico-financeiros governamentais o problema era focado e explicado e mesmo quando sofismando a verdade claramente transparecia e era pelo povo compreendida.

O Estado não tem dinheiro para relançamento da Economia nacional.

Parece evidente a conveniência de o obter pois só com capitais parece possível o relançamento da economia portuguesa ávida de recursos financeiros. Só com capitais abundantes e bem aplicados se baixará a taxa de desemprego que atingiu (afirmam os responsáveis) taxas alarmantes e, se poderá, ao mesmo tempo, melhorar as condições sócio-económicas de toda a população portuguesa (agora reduzida a escassos 10 milhões de indivíduos).

Dá o meu pragmático regozijo com as recentes aprovações na Assembleia da República das propostas de Lei n.º 13/I, 14/I 15/I ali apresentadas pelo Governo de Mário Soares e que permitem contrair no estrangeiro empréstimos no valor de 100 500 000 dólares por um lado e 70 000 000 marcos por outro. Cerca de quatro milhões e quatrocentos mil contos em moeda portuguesa.

Não foi unânime na Assembleia da República a aprovação dos três diplomas.

A proposta de Lei n.º 13/I — empréstimo de 24 milhões de dólares pelo Banco Internacional de

Reconstrução e Desenvolvimento e destinado à construção e remodelação de infraestruturas rodoviárias foi aprovado somente pelos deputados do Partido Governo. Os deputados presentes do PCP votaram contra e os do CDS e PSD abstiveram-se.

A segunda proposta de Lei n.º 14/I tratava de um empréstimo a contrair no Kreditanstalt für Wiederaufbau, destinado à execução do projecto de defesa contra cheias e irrigação do Baixo Mondego, e envolve uma verba de 70 milhões de marcos. A assembleia sem exceção aprovou esta proposta de Lei.

Por último, a 3.ª proposta de Lei, a 15/I, que aliás também obteve consenso da Assembleia votou contra somente o PCP, tratava do pedido governamental de autorização para execução de outro empréstimo, agora junto do Governo dos Estados Unidos da América através da Agency for International Development, num total de 765 000 000 dólares. A verba destina-se «a financiar a aquisição de matérias primas e investimentos nos sectores da habitação, educação e saneamento básico». Esta proposta de Lei que um dos deputados intervenientes na discussão (Angelo Correia — PSD) comentando os destinos das verbas nela considerada, disse da «elevara rentabilidade, sobretudo numa óptica social, para os projectos em causa como também se manifesta um forte sentido de utilização regional, uma disseminação deste tipo de investimentos sociais em várias áreas do território sobretudo em zonas desprotegidas...». O mesmo deputado realçou ainda o alto interesse que a Lei encerra no tocante à reabsorção do desemprego que como se sabe, é até um velho manga de alpaca o sente, é actualmente uma verdadeira «chaga» nacional.

Parece assim que vamos prestar ter capital para o financiamento de obras de alto interesse social e regional.

Mas como diz o Povo: «Não há bela sem senão».

E todos nós sabemos o que surge quando se contraem empréstimos.

Há que pagá-los e com juros! Porém no caso nacional parece que não há alternativas. Para comermos e relançarmos a economia ter-se-á que conseguir financiamentos no estrangeiro ou sossobrmos irremediavelmente.

Temos todos que convir que depois de delapidado o Tesouro Nacional com uma taxa de desemprego muitíssimo elevada, com a economia semi-parada não se vislumbra qualquer hipótese de evolução sócio-económica e de estabilização política sem fortes doses de «sangue» a verter nos canais económico-financeiros nacionais.

Po Ventura haverá quem ainda duvide que aquele tipo muito especial de sangue amarelo e não vermelho, é indispensável e muito urgente?

Parece-me que tal não sucede pois na Assembleia da República uma maioria esmagadora votou (não obstante no último daqueles empréstimos) a favor das propostas governamentais.

O dinheiro que venha de acordo com as leis agora aprovadas e que a estes outros se acrescentem pois o corpo exangue de

Portugal sem eles nunca mais se erguerá.

Hipotecados ficaremos ao estrangeiro. Verdade incontestável (até parece da autoria de La Panice). Mas haverão outras alternativas?

Não as descortino; não as descobriu o Governo; e, também, não as viu a Assembleia da República.

E para terminar este meu primeiro tema de reflexão desejo que do capital conseguido venha alguém parar ao Algarve porquanto, todos os algarvios o conhecem, as estradas da Província necessitam urgentemente de tratamento; o saneamento básico (água e esgotos) da maioria das povoações está ainda por instalar, o ensino necessita de ser ampliado em todos os seus ramos e a habitação económica só por um óculo se vislumbra...

Fazemos ainda votos para que a notícia de «O Dia» de 19 de Janeiro passado que comentou o diploma 15/I, seja verdadeira. Segundo aquele matutino a Lei n.º 15/I permitirá a construção, no vale do Vascão de uma barragem para 17 milhões de metros cúbicos de água.

Se tal ocorrer então sim, começará a crer que o catalizador do desenvolvimento algarvio foi entendido e atendido pelo Governo. É que sem água, já o afirmei, n.º «A Voz de Loulé», é de todo inviável o desenvolvimento algarvio. Sem água não há indústria, nem turismo, nem agricultura intensiva, não há em suma condições de bem estar social.

Dou assim pragmaticamente o meu modesto apoio a uma iniciativa governamental que até um mangá de alpaca a compreende e deseja: a celebração de empréstimos destinados a investimentos sócio económicos, com a convicção muito sincera de que só os investimentos geradores de bem estar social e de riqueza levarão este País, tão maltratados, a melhores dias.

Outro assunto, outro arrazoado de palavras que o Piedade Barros me perdoará: a CEE.

Está o Governo a desenvolver forte actividade internacional para que Portugal entre para a CEE — Comunidade Económica Europeia. Os três maiores partidos portugueses: PS, PSD e CDS, lutam ao seu lado para isso.

E se for um facto que a entrada do País para aquela Comunidade trará «uma maior estabilidade para a democracia em Portugal e para a Europa Ocidental» (Callaghan, «O Dia», 15-2-77) e levará o nosso querido País a poder-se mover num grande espaço (económico) de mais de duzentas e cinquenta milhões de pessoas» («O Dia», 15-2-77), então lá vai mais um voto de apoio pontual e pragmático ao chefe do Governo Constitucional.

Para acabar esta extensa carta mas não tão extensa como a saudade que tenho das terras algarvias, lanço um apelo aos que governam e administram o Algarve, para estimularem o falado complexo industrial de Faro a localizar possivelmente entre Faro e Olhão ou noutro qualquer local que a técnica o indique, já que a Covilhã viu recentemente o projeto do seu parque industrial aprovado pelo Ministro da Indústria e Tecnologia, Sousa Gomes.

E não obstante se ter afirmado («O Dia», 15-2-77) que o mesmo governante tinha na altura determinando também que «se implantasse imediatamente novos parques industriais em Guimarães, Évora, Beja e distrito de Faro, cujos pré-projectos estão neste momento a ser ultimados pela EPPPI, Empresa Pública de Parques Industriais, é de todo necessário que a população algarvia por intermédio dos seus representantes políticos-administrativos, exijam tão importante catalizador ou nervo motor do desenvolvimento uma vez que os capitais escasseiam e como diz o Povo: «quem mais chorá mais mama...».

E com esta me vou e despeço-me com amizade e um abraço amigo.

ANSELMO DO Ó

Casa — Precisa-se

Em Vilamoura ou arredores (Quarteira, Almansil, etc.). Ao ano, vivenda ou apartamento com dois ou 3 quartos, preferência jardim, mobilada, para quadro superior de empresa.

Resposta ao apartado 113 — AMADORA.

Junta dos Produtos Pecuários perde interferência transações de gado bovino

Não podemos deixar de salientar o facto de a carne de porco, carneiro e cabrito terem sido sempre vendidos em preço livre e só a vaca, que é a melhor e mais saudável carne, ter estado sujeita a tabela.

Poderá dizer-se que o tabelamento da vaca tem limitado o seu preço, mas também se pode dizer que a falta de carne de vaca tem provocado uma tal alta na carne dos outros animais, que já hoje se compra carneiro por um preço que podemos considerar de 400\$00/Kilo se se consideram que comprar uma costeleta de 100 gr. por 20\$00 poderá entrar 50 gr. de osso, enquanto que um bife de vaca, de 100 gr., representa, de facto, 100 gr. de carne aproveitada.

É facto conhecido que uma das razões por que falta a carne congelada é porque os nossos fornecedores só a entregam em troca de divisas.

...Mas também se sabe da vinha de carne da Roménia que é de inferior qualidade em relação à da Dinamarca, apesar de este país a fornecer a preço mais baixo do que aquele país socialista.

E os mistérios (?) continuam. Até quando?

SESSÃO CAMARÁRIA DA VEREAÇÃO DE LOULÉ

No passado dia 11, realizou-se nos Paços do Concelho desta vila a programada sessão da edilidade.

De referenciar que registou a presença plenária da vereação.

Foram diversos os assuntos ali tratados que na generalidade se inscreveram, se pode dizer, na agenda rotineira de gestão municipal.

Uma das questões que suscitou algum debate foi o pedido de venda de um terreno destinado à construção de imóveis, não afastado das áreas reservadas à urbanização.

Os pareceres divergiram. Uns defendiam incondicionalmente a sua aprovação, com base na expansão urbanística a incentivar, outros mostraram-se cautelosos em face à localização da preconizada construção, visto, no caso da sua objectivação, vir a comprometer o já sobrecarregado orçamento camarário, com suplementares encargos de ligação de água, esgotos, luz, etc. afectos ao grave problema das infraestruturas. O processo desceu às instâncias consultivas.

Merceu aprovação o projecto de aumento salarial de 15% extensivo ao pessoal eventual, à semelhança do que tinha sido atribuído ao pessoal contratado.

Após outros assuntos mais, o presidente do Município, finda a reunião da edilidade propriamente dita, colocou-se à disposição de vários municípios que ali tinham comparecido.

STOP — um sinal para respeitar

De todos os sinais existentes nas nossas estradas o sinal «stop» é talvez daqueles que menos atenção nos merece.

No entanto quantos acidentes se evitariam se o respeitassem!

Quantas vidas se poupariam se tivessem sempre presente o seu significado — obrigação de parar e dar prioridade de passagem.

Sr. condutor — os sinais não são um adorno! São amigos que avisam.

Preste-lhes a máxima atenção pois elas velam pela sua segurança.

Cumpre o Código da Estrada.

Lembre-se que CIRCULAR É VIVER!

As petições formuladas incidiram, salvo um único caso, sobre a iluminação de localidades limítrofes ou circunvizinhas a Loulé.

De pronto foram dadas esclarecedoras informações e anotadas outras solicitações para posteriores diligências.

Os trabalhos terminaram às 2 horas.

Limitações

à isenção do porte pago concedido à imprensa

A coberto de um articulado legal tem vindo a ser concedida à Imprensa a isenção de franquia postal relacionada tanto com as expedições dos jornais para dentro como para fora do território nacional.

Tal disposição foi recentemente revista e alterada por intermédio de um diploma conjunto dimanado do Ministério das Finanças, Ministério dos Transportes e Comunicações, e Secretaria de Estado da Comunicação Social.

As determinações agora vigorantes estabelecem certos condicionamentos quanto à concessão do porte pago a suportar doravante pelo Estado.

Nestes termos o âmbito da isenção de tarifas postais abrange somente as expedições dentro do território nacional.

Até agora até as taxas por via aérea eram gratuitas.

Por outro lado são excluídas deste tratamento, designadamente, as publicações periódicas de carácter pornográfico, os jornais e revistas editados por partidos políticos, associações de classe ou agremiações desportivas, e outras ainda que a lei especifica.

Muito embora o Ministro da Comunicação Social tivesse dito recentemente que a isenção do porte postal ia continuar, a verdade é que a Lei agora publicada apenas prorroga essa regalia à imprensa até 30 de Abril.

Entretanto as remessas de jornais para o estrangeiro deixam de ser abrangidas por esta regalia.

É evidente que esta instabilidade condiciona o nosso desejo de fixar um preço de assinaturas em função dum futuro que, dia-a-dia, nos oferece estas constantes surpresas.

Uma explicação necessária

(continuação do n.º anterior)

Procura-se, assim, proporcionar uma consciente liberdade, agir, de sugerir, de mudar as coisas, de alterar para que tudo funcione melhor e se altere o velho e rotineiro sistema de «faço assim, porque foi assim que me ensinaram». Cada um, dentro da sua esfera de acção, é que melhor sabe o que mais precisa para melhor trabalhar.

É forçoso acabar com rotineiros processos e pôr as pessoas a pensar na melhor forma de tornarem mais rentável e apaixonante o seu trabalho cotidiano; porque só assim um país pode progredir. É preciso que cada um sinta que faz parte integral da engrenagem de uma máquina. Desta forma será possível construir uma sociedade justa e onde, portanto, as pessoas sejam promovidas por mérito próprio e não arbitrariamente... só por pertencerem a este ou àquele partido.

E ainda a propósito de máquinas não podemos deixar de frisar que nos foi salientada a cessão agora existente entre os trabalhadores da CEP9 no sentido de manter uma das características que já era norma na ex-EVA: manter os carros sob atenção vigilância de forma a evitar avarias graves ou carros parados. Isso se tem conseguido, segundo nos disseram, graças ao zelo, à dedicação do pessoal competente e especializado, do que tem resultado o facto de, praticamente, nunca serem encontradas camionetas paradas na estrada por avarias.

Precisamente para evitar que tal aconteça vão ser agora reconstruídas 30 viaturas, estando para breve uma renovação da frota que implica um investimento de 60.000 mil contos.

X X X

Face ao que acabámos de escrever, facilmente se conclui que a Rodoviária Nacional vai estar, de facto, ao serviço do País. É um serviço de indiscutível utilidade pública e como tal deve servir os portugueses o melhor que for possível.

Isto não obstante a que não seja profundamente dolorosa e criticável a maneira anárquica como a EVA foi subtraída aos seus antigos accionistas.

Há, contudo, fundadas esperanças de que esses erros serão corrigidos, como é de inteira justiça e que have-

PINTURAS

ANÍBAL DIREITINHO

Encarrega-se de todo o serviço de pinturas em construção civil.

ORÇAMENTOS GRATIS.

Serviço por empreitada ou administração directa.

CONSULTE-NOS:

Av. José da Costa Mealha,
N.º 54-1.º-Dto.
Telef. 63088 LOULÉ
(12-2)

TECNIPNEUS
ARTUR CONDINHO E GUERREIRO

Recauchutagem - Vulcanização
Calibragem em 5 Minutos
Assistência completa

★
PNEUS: FIRESTONE - SEMPERIT - KLLEBER
SEIBERLING - MABOR GENERAL

Rua Azevedo e Silva — Telef. 62397 — LOULÉ

A CRIANÇA É O PAI DO HOMEM

No primeiro quartel deste século um francês ilustre, Anatole France, disse, discursando em Tours: «É preciso queimar todos os livros que ensinem o ódio!» Isto corresponde a um estender de mãos, fraternalmente, a toda a humanidade, colocando-a como elemento primário na interpretação da vida — interpretação que, desta maneira, tem, necessariamente, que ser objectiva.

Ora, quando a vida é olhada por este prisma, é-se levado a ver no seu centro o homem com toda a magnitude da sua personalidade, com todo o peso das suas realidades materiais, com toda a fragilidade da sua natureza humana. E, perante esta verdade, temos que convir que é no homem que reside em potência a força realizadora de todas as ideias. Das construtivas e das destrutivas; das que levam o mundo para novas perspectivas de vida e das que operam num sentido regressivo relativamente à civilização. Note-se que para operar um sentido regressivo basta cristalizar em actos e pensamentos feitos, visto que em matéria de civilização toda a progressão é retrocesso.

Isto significa que a condução da vida se opera no sentido daquilo que o homem for. E o homem é, além do produto da sua época e do seu meio, o somatório das hereditariedades que em si actuam, e o trabalho calculado da educação que lhe formou a mentalidade.

Portanto, é para a criança que nos temos de voltar, remodelando as formas educativas tradicionais por uma directriz social de fraternidade, se quisermos cooperar na transformação do mundo no sentido do interesse total do género humano. Não é uma fantasia a conclusão a que chegou Maria Montessori ao dizer-nos que a criança é o pai do homem, porque se la está, de facto, o germen do homem. São ainda de Maria Montessori estas palavras: «Se os educadores e os homens de Estado souberem da imensa força do bem e do mal dentro da criança, o problema social mais importante seria a educação».

Ocorre perguntar: Como se comprehende que a educação da criança não tenha sido, até aqui, objecto de maior atenção no que diz respeito à formação da sua mentalidade? Pois não é verdade que dessa mentalidade depende, em parte, a orientação da vida futura? Depende a forma da constituição das novas sociedades? Depende a tranquilidade e o bem estar dos povos? Depende o sentido fraterno que deve unir os homens? Depende, enfim, a paz no mundo e o aniquilamento da guerra?

LIGA PORTUGUESA
DE PROFILAXIA SOCIAL

FERROAÇO

ARMAZENISTA — MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Fornecedor das Obras do Porto de Portimão
FERRO PARA BETON - BARRAMENTOS - TUBOS - ACESSÓRIOS
CHAPAS PRETAS GALVANIZADAS

ARMAZÉNS

Estrada de Alvor, 34 (Rua Direita) PORTIMÃO ★ Telef. 22021 ★ PARCHAL (FERRAGUDO)

DO COMANDO DA PSP

Regras práticas para viver na «selva»

De alguns conselhos práticos à população, emanados do Comando General da PSP:

1.º — Quem quer que se lhe dirija, intitulando-se «funcionário dum organismo ou serviço», EXIJA O CARTEÃO PROFISSIONAL.

2.º — Sempre que possível, MANTENHA A PORTA DE SUA CASA FECHADA À CHAVE. Se puder, mande instalar um «visor» ou «ralo» na porta de entrada, bem como um fecho de segurança.

3.º — Quando sair, NUNCA DEIXE A CHAVE SOB O TAPETE DE ENTRADA, num vaso de flores ou pendurada num prego, mas guarde-a consigo ou deixe-a a um vizinho. Feche cuidadosamente as janelas e montras do rés-do-chão.

4.º — Para não ser roubado (ou ter menos possibilidades de o ser) afaste-se, o mais possível da faixa de rodagem e SIGA PELO CENTRO DO PASSEIO (isto, naturalmente quando o passeio o permitir).

5.º — Ao cair da noite, EVITE ANDAR SOZINHO pelas ruas, desertas.

6.º — Sempre que vai depositar as suas economias, EVITE CONTAR O DINHEIRO na rua, no Banco ou no local de recepção.

7.º — Se fôr portador de uma grande quantia, distribua-a por todos os bolsos e carteiras. SEJA DISCRETO e faça-se acompanhar sempre que seja possível, por pessoas de confiança.

8.º — Quando sair do carro, NUNCA DEIXE AS CHAVES NA IGNição, nem documento à vista. E não se esqueça de fechar os vidros. Sempre que lhe fôr possível (e muitas vezes não o é) estacione o seu carro,

como deve ser, não impedindo o trânsito aos peões (que também precisam de espaço para andar nas ruas) e evitando acidentes.

9.º — Recomende aos seus filhos: «CUIDADO COM OS ESTRAÑHOS». Se te convidarem para um passeio, ou para te conduzirem a casa ou à escola, diz que não».

10.º — Não hesite em dirigir-se aos agentes da polícia, ou para lhes pedir auxílio ou protecção, ou para os informar de algo que julgar ser de INTERESSE NACIONAL.

O DEVER da Polícia é o de proteger os cidadãos. Mas é necessária também a sua colaboração: Tome CUIDADO COM A SEGURANÇA DA SUA CASA, SEJA PRUDENTE AO ANDAR NA RUA E NÃO ABANDONE O SEU CARRO DE QUALQUER MANEIRA.

FALECIMENTO

Em casa de sua residência em Loulé, faleceu no passado dia 15 de Fevereiro, o nosso conterrâneo sr. Albino da Silva, que contava 72 anos de idade e deixou viúva a sr.ª D. Rosa do Carmo Froufe.

O saudoso extinto era pai do nosso dedicado assinante e amigo sr. Sérgio Froufe da Silva, casado com a sr.ª D. Marcelina Pinguinha Lourenço, residentes em França, e era irmão do sr. Carlos da Silva, residente no Barreiro e da sr.ª Cicilia da Silva Guerreiro, viúva do sr. Claramundo de Sousa Guerreiro, residente em Loulé.

Durante longos anos contínuo do Atlético Sporting Clube, o sr. Albino da Silva era pessoa muito conhecida e estimada no nosso meio.

À família enlutada endereçamos sentidas condolências.

Um homem preguiçoso é como um relógio sem corda.

BALMES

Espectáculo Cultural em Estoi

Na Casa do Povo, em Estoi, reza-se na noite de 26 de Fevereiro (sábado) um espectáculo cultural com a participação do Coro e do Grupo de Folclore do Conservatório Regional de Música do Algarve.

Congresso Médico no Algarve

Decorrerá, de 8 a 15 de Maio, no Hotel Alvor-Praia, um congresso de médicos-cirurgiões de Portugal e de Espanha e que contará também com a presença de observadores de outros países.



Ao descer por uma escada de mão tenha sempre as mãos desocupadas. Necessita muito delas para sua segurança.

Campeonato Ibérico de Snipes

(continuação da pág. 1)

preparado de molde a animar e a viver o início da época da modalidade. E isto tornou-se viável no decorrente período do ano, porque o mar do Algarve, mercê das suas condições de exceção oferece possibilidades ao desporto náutico que são negadas noutras zonas do país e do estrangeiro.

Assim, com o patrocínio da Associação Naval de Lisboa, com a colaboração do Clube de Vilamoura e o apoio da Marinha de Guerra, foram realizadas animadas provas de competição em três campos de regatas distintas, que permitiram, dentro das suas respectivas classes, a participação de elevada soma de concorrentes sem distinção etária.

Os resultados finais deste certame que já está alcançando firme tradição, foram os seguintes:

Classe Optimist:

1.º — Alberto Torné Vasques, C. N. Vigo.

2.º — Bruno Parga Marques — C. N. Cascais.

3.º — Antonio Puch — C. N. Vigo.

Classe Laser:

1.º — Pedro Garcia — C. N. Cascais.

2.º — Mário Quina — C. N. Cascais.

3.º — Bernardo Gonçalves — C. N. Cascais.

Classe Europe:

1.º — Carlos Oliveira — C. Oriente, de Lisboa.

2.º — Francisco Cassaca — U. D. Vilafranquense.

3.º — Jaime Sacadura — S. Algés e Dafundo.

Classe Finn:

1.º — Jorge Arnoso — C. N. Cascais.

2.º — Bernardo Espírito Santo — C. N. Cascais.

3.º — Carlos Rebelo Andrade — A. Naval Lisboa.

Classe 470:

1.º — Joaquim Ramada e Francisco Mourão — C. Vela Barreiro.

2.º — Rui Pinho e Domingos Pinha — A. Naval Lisboa.

3.º — Duarte Belo e José Vozone — C. Naval Cascais.

Classe 420:

1.º — António Mata e António Branco — C. Naval Lisboa.

2.º — Jorge Manuel P. Mata e João Manuel P. Almeida — C. Naval Lisboa.

3.º — Ana Cabral e Amendoa Souza — C. Naval Lisboa.

Classe Snipe:

1.º — Raul Xavier e Jorge Tenhado — S. Algés e Dafundo.

2.º — Domingos Borracho e Jorge Gonçalves — S. A. Dafundo.

3.º — Rubens Domingos e Maria J. Domingos — S. A. Dafundo.

Classe aurieu:

1.º — Pedro Pires Luna e Pedro Sampaio Peixoto — C. Vela Atlântico.

2.º — Renato Guimarães e Gilson Cruz — C. Vela Atlântico.

3.º — João Conde e António Cenário — U. D. Vilafranquense.

A corrida e brilhante cerimónia para entrega de prémios e troféus, realizada na noite de 21 no Hotel D. Pedro, em Vilamoura, estiveram

Projeção turística do Algarve na imprensa inglesa

O Algarve continua a ser cartaz na imprensa inglesa.

O «Daily Telegraph» expressa-se sem esconder encômios às atrações algarvias. E salienta «a existente maré de renascimento» no «tranquilo sul deste agradável Portugal».

Por sua vez o «Daily Mail» insere em crónica de Gil Crawshay: «Portugal é, na realidade, um dos países com mais razões para esperar, para 1977, um acréscimo de turistas britânicos. E, para a maioria destes, Portugal significa Algarve».

Azeitona e Laranja na região do Algarve

Com base numa informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatísticas, verificaram-se reduções em Dezembro passado, nas culturas permanentes do Algarve, designadamente em relação à azeitona e à laranja, traduzidas de forma comparativa às produções transactas.

Assim a azeitona registou, em conjunto com o índice 100 da média do decénio 1966/75, o coeficiente 87 e contra o coeficiente 95 em relação à produção de 1975.

No respeitante à laranja e em confronto com iguais períodos, a produção acusou os coeficientes 51 e 95.

Em qualquer uma destas culturas verifica-se assim um visível abrandamento produtivo, que é atribuído às condições meteorológicas (elevada precipitação pluviana) que foram prejudiciais de um modo geral à agricultura.

ELECTRICIDADE

Tendo como objectivo principal a uniformização do pagamento de energia eléctrica em todo o País, o Conselho de Ministros aprovou uma resolução estabelecendo um novo sistema tarifário de energia eléctrica. Passa a haver um escalão único de 1\$00 - Kw/H.

L O U L É



AGRADECIMENTO

ALBINO DA SILVA

Sua esposa, filho, nora, e restante família, desejando evitar qualquer falta involuntária, por desconhecimento de moradas e ilegibilidade de assinaturas de todas as pessoas que, de qualquer forma, compartilharam da sua dor, vêm tornar público o seu mais profundo reconhecimento a quantos se interessaram pelo estado de saúde do saudoso extinto durante a doença que o vitimou e bem assim a todos aqueles que o acompanharam à sua última morada.

Milhões para Cabora Bassa a que propósito?

Foi inscrita, por intermédio do decreto-lei n.º 906/76, publicado no «Diário da República», na lista de reforços orçamentais, uma verba complementar que ascende a 1 648 000 contos, destinados às obras da barragem de Cabora Bassa!

Compreender-se-á, com algum esforço, que o nosso país pretenderá honrar compromissos que o ligam a tal empreendimento, todavia uma superficial análise às decorrências e realidades moçambicanas, mostrará-nos-o o inusitado e a incoerência de tal dotação orçamental que envolve pesadíssimos encargos para as finanças estatais, já de si em situação periclitante.

Não estamos no tempo da cavalaria andante, em que os rasgos da generalidade raiavam o inverosímil...

Estamos no terceiro quartel do século XX, cujos imperativos lógicos de sobrevivência histórica-económica, assentam primordialmente na lei da reciprocidade e do intercâmbio.

— Que nos dará Moçambique, em troca?

Se compromissos se saldam hoje com compromissos, poderá então recordar-se por que motivo não foram respeitados todos aqueles elementares direitos dos portugueses, então lá radicados, que contribuiram decisivamente para a edificação da nação moçambicana.

Por que razão tiveram de abandonar todos os seus baveres e actividades para salvarem as suas vidas?

E ainda se poderá aventar outro aspecto da questão.

Terá Moçambique, em relação à sua transparente hostilidade e às suas vinculações políticas, intenções de respeitar com igual isenção os compromissos que lhe tocam, resultantes de tal investimento?

Afinal estamos colocados perante uma só certeza, a de que Portugal, que enfrenta um dos mais cruciantes transes da sua vida nacional, se empenha em convenções altamente prometedoras para o seu deteriorado equilíbrio financeiro.

O momento não é de prodigalidades mas de austeridade... e de sagacidade também.

EURO - PORTUGAL OU NADA...

(continuação da pág. 1)

to tudo aquilo que afecta de imediato o circuito da produção, desde o sector operacional, passando pelos sectores intermediários, até aos escalões da gestão.

Na consecução deste desiderato o de se objectivar um país melhor e mais próspero — terão de banir-se certos pressupostos, que evidentemente estão em sua oposição ou que o contrariam mesmo a título ideológico, ou ainda por estrabismo pessoal, ou por comodidade e ociosidade de quem se julga só com direitos e sem nenhuma obrigação.

Falamos nos homens, em certos e determinados, evidentemente e em certas disposições que favoreçam e até patrocinem os oportunistas, que sempre gostam de tirar partido das situações embora, é claro, isso comporte prejuízos graves, lesivos aos interesses comunitários. Parece dispensável, fazer-se alusão às empresas estatalizadas, intervencionadas ou exclusivamente privadas, cujos exercícios se mostram deficitários e que têm de se socorrer de subsídios estatais, devido expressamente à sua anémica produção.

A «falta de produção» ou a «baixa produção» é portanto aqui, para nós portugueses, axial.

Nada, absolutamente nada há a esperar, a não ser a falência, que a todos atingirá, se não conseguirmos uma produção consensual com as nossas próprias potencialidades e necessidades.

Temos forçosamente de assentar as atenções sobre o sector do trabalho e indagarmos das motivações perturbadoras que o turbaram, e sobre a política que o rege.

Ressalta à vista, de facto, a falta de um instrumento legal, que coaxe cerca as infracções respeitantes à presença «de braços caídos», às baixas abusivas e inadvertidas de pseudo doenças, a in-

citações de indisciplina e à redução do ritmo de trabalho. Tudo isto, porque certos indivíduos não só julgam impasses como actuam impunemente, a coberto da protecção legal que os coloca a salvo da pena de despedimento, por incompetência ou falta de produtividade. Isto, é sob outro prisma, um ultraje a tantas centenas de milhares de desempregados que querendo trabalhar se vêm marginalizados pela concorrência de quem tem trabalho e não quer trabalhar.

Agora que chegou a ocasião de reformular processos e de limar a agudeza das arestas, são horas de pensar no trabalho a sério, pois a Europa, por certo, não aturará pactuar com um país, onde o trabalho duro e penoso de uns tantos é mistificado por uns certos arrivistas, que ao fim e ao cabo cobram da sociedade em que se inserem os juros da sua ociosidade.

Há que separar o trigo do joio, para isso acreditamos que não se farão esperar muito as medidas disciplinadoras e impulsivadoras que a um só tempo corrigirão as sequelas do parasitismo e incentivarão por sua vez os circuitos da produção.

De resto, a questão não oferece grandes alternativas: Euro-Portugal... ou nada!

J. VIEGAS

Marcenaria Pintassilgo PLATEX

Contra-placado, aparite com folha, Platex e aparite, vendem-se em folhas inteiras ou bocados. Folha fina, etc., etc.

Rua Quinta de Betunes (próximo da mina do sal) — LOULÉ.



ARMELIM CONTREIRAS

STAND DE AUTOMÓVEIS
Compra, Vende e Troca Automóveis
novos e usados

Telef. 62919
Stand: Rua Diogo Lobo Pereira
Resid.: Rua dos Combatentes da G. Guerra, N.º 14-1.-Esq.
(Largo do Chafariz)
Campina de Cima

LOULÉ



NÃO TEMOS

Peixe cozido, nem frito, nem grelhado

Na nossa cozinha não há frango na grelha nem tão pouco o «clássico» bife estufado.

A nossa ementa é diferente daquela que pode comer todos os dias.

É especialmente preparada para quem gosta de comer «fora» aquilo que não tem em casa diariamente.

O «Restaurante Chinês» tem pratos chineses confeccionados à base de produtos naturais, óptimos para uma alimentação sádica.

Experimente almoçar ou jantar HOJE no «Lotus House» — o restaurante chinês de Quarteira (zona norte).

Marque a sua mesa pelo telefone 65421.

O Inverso do Ditado:

«Aves do mar em terra...»

A Marina de Vilamoura é o porto de recreio mais moderno e bem apetrechado da Europa e constitui a melhor e mais importante infra-estrutura turística de Portugal. Com capacidade para cerca de 1 000 barcos de recreio, distribuíveis pelos cais flutuantes equipado com postos de amarração servidos por água potável, energia eléctrica, telefone e televisão, a Marina tem ainda o apoio dos mais variados serviços tais como: Capitania, Polícia, Alfândega, informação meteorológica, telecomunicações e rádio-ajudas, armazémamento e apoio a barcos de recreio, abastecimento de combustíveis em cais apropriados, serviços marítimos, vigilância; acompanhamento e reboque, serviços contra incêndios, limpeza, etc. Tudo isto ao serviço do Turismo, a mais sofisticada e melindrosa actividade económica, fonte proporcionadora de grande caudal de divisas estrangeiras, factor-garante da nossa independência económica e política em suma, da nossa independência nacional. A par das outras actividades produtivas e com elas em perfeita harmonia e cooperação, completa o quadro da nossa economia que se quer progressiva e florescente para o bem estar social dos portugueses. Mas, seria utópico e demagógico, confundir cooperação e harmonia com interferências perniciosas que só causam empecilhos e originam choques graves, de consequências funestas e facilmente previsíveis, para o conjunto dos cidadãos com ocupações nessas actividades. Vem tudo isto a propósito do insólito facto que há dias teve lugar na Marina de Vilamoura e que colocou frontalmente duas actividades distintas mas que se devem complementar harmoniosamente e que constituem, reciprocamente, factor de subsistência mútua. São elas: A Pesca e o Turismo. Já há algum tempo e mercê de um acordo, mais ou menos tácito entre os pescadores e a entidade administrativa da Lusotur, que aqueles vinham utilizando o antigo porto da Marina para se protegerem do mau tempo e atenuarem o seu esforço, evitando as difíceis e morosas operações de «varagem» dos barcos. Com base na compreensão

mútua dos problemas, as relações entre pescadores e as autoridades do porto, eram amistosas, não obstante algumas atitudes irreflectidas de uns quantos pescadores mais jovens, mas que não influíram no espírito condescendente dos homens da Marina. Até que, e após a visita do Sr. Presidente da República, alguns dos mais irreverentes ou mais facilmente sugestionáveis, resolveram «ocupar» os cais destinados aos barcos de recreio e que, ou são propriedade dos donos dos referidos barcos ou a estes são alugados. Esta atitude frontal de desrespeito pela propriedade alheia e a tentativa clarividente de destabilizar as relações entre os pescadores e a administração da Vilamoura, tem o odor político que facilmente se percebe e que visa o comprometimento do êxito turístico da época que se aproxima.

O Povo, sabedor, costuma dizer que «Aves do mar em terra são sinal de vendaval», do mesmo modo, também nós cremos que a presença on o voo ocasional e oportunista de «cerdas» aves da vizinha colina, de plumagem escarlate, língua demagoga e garras finas de unhas envernizadas, não é prenúncio de harmonia ou concórdia. Não nos causaria estranheza

se tivessem sido as «garrafinhas de prata» dessas aves de rapina que tivessem conduzido o leme dos barcos dos pescadores de Quarteira para a desonra e para a prevaricação. São assim os «amigos» da democracia e do socialismo. Especialistas no «amanhã» de conflitos que dividem os trabalhadores, escolhem sempre os espíritos mais propícios à injeção do veneno causador da desgraça e do ódio que lhes proporciona a ascensão ao Poder, única coisa que lhes interessa e aos seus chefes, pois como servidores tradicionais de autoritários, sentem-se bem protegidos pela força da opressão, nem que para isso tenham que se submeter à humilhação cómoda que a desvergonha sobre e justifica. Odiando os seus donos na sombra e sempre prontos a traír, esses sub-homens vão vivendo e vencendo às custa da felicidade do Povo e da integridade da Pátria.

Não seria mau que a sua esporádica vocação marinheira se mantivesse por algum tempo, o suficiente para tomarem em suas ágeis mãos o leme da embarcação que, rumando a leste, os levasse a fundiarem, para sempre nas águas calmas do Mar Negro.

LEONEL DE SOUSA

É PARA ISTO QUE SERVEM as Comissões de

É acusada de fraude a Comissão de Trabalhadores da EDP (Electricidade de Portugal) que organizou um «leilão à porta fechada», segundo revela um abaixo-assinado, subscrito por cerca de uma centena de comerciantes, o qual foi apresentado ao ministro da Indústria e Tecnologia.

A privatização do leilão permitiu a intervenção dos trabalhadores, que arremataram, com manifesto prejuízo para a referida empresa pública, 32 das 47 viaturas ligeiras e pesadas, tendo provocado com tal procedimento uma quebra de receitas estimadas em perto de 1 300 contos.

Pelo que constou um porta-voz da firma encarregada do leilão, a «Afra-Filhos», não há memória de funcionários arrematarem número tão elevado de veículos.

Tal procedimento suscitou vivo e enfurecido protesto de uma multidão de comerciantes.

Foi chamada ao local uma força da PSP, para aplacar a situação, que foi normalizada sem incidentes.

Parece que não pertence às atribuições das Comissões de Trabalhadores, que têm outras funções, a orga-

SERVEM Trabalhadores ?

nização restrita, a título exclusivo (e em proveito próprio) de leilões, que têm de obedecer aos moldes das «hastas públicas», abertas portanto a toda a gente. A menos que também isto, entre agora na esfera da sua competência, o que desconhecemos.

Mesmo ao nível de cogestão, que não é o caso, não foi, pelo menos, admitimos, vantajosa e atilada a transacção proveniente do aludido leilão.

É quem mais pode aproveitar-se.

E ainda falam das malandrices dos outros.

Se ao menos, agora, fossem honestos...

Que tal são

as Máquinas Agrícolas oferecidas pela URSS?

Somam cerca de oitenta as máquinas agrícolas oferecidas pela URSS às unidades colectivas de produção e cooperativas do Alentejo.

Tal oferta mereceu ampla divulgação, pois foi tida como uma oferta valiosíssima para a objectivação da reforma agrária.

Contudo, uma vez examinadas as máquinas em questão por técnicos especializados, o seu veredito não abonou em favor do apuro de que se julgavam possuídas.

As conclusões dão conta de que as ditas máquinas apresentam um atraso tecnológico enorme em relação às da Europa Ocidental, são de dimensões exageradas para a superfície média das herdades portuguesas e não estão munidas de qualquer tipo de conforto para os tractoristas. Verificou-se ainda de que há máquinas novas a perderem óleo pelo colector de escape, outras com fuga de óleo pela junta da cabeça e motores embebidos em óleo por todos os lados.

«Estou convencido — disse um técnico — de que por cada duas máquinas terão de ter um mecânico especializado para lhes assistir diariamente.

A rentabilidade de máquinas deste calibre tem de ser forçosamente muito baixa. E os consumos de combustível devem atingir valores nunca vistos».

Conclusão: cada um terá aquilo que merece.

Novas carreiras de camionetas

Parabéns à Goldra!

SAÍDAS DE FARO — Às 8.15 (a) — 13.35 (a).

SAÍDAS DE SANTA BÁRBARA — Às 17.55 (b).

CHEGADAS A LOULÉ — Às 8.55 (a) — 14.15 (a) — 18.13 (b).

SAÍDAS DE LOULÉ — Às 12.40 (a) — 17.35 (b).

CHEGADAS A SANTA BÁRBARA — Às 17.53 (b).

CHEGADAS A FARO — Às 13.20 (a).

(a) Não se efectuam aos domingos e Feriados Nacionais.

(b) Não se efectuam aos sábados, domingos e feriados nacionais.

O QUE SE PASSA COM AS CELULOSES?

A arborização da serra algarvia principalmente no barlavento que inclui a zona montanhosa de Monchique, Vila do Bispo e Aljezur, levou milhares de hectares de rocha sedimentar que o vulgo chama «talisca» e os mais eruditos xisto, que além de mato e de magrissimas searas e pastagens também magrissimas pouco mais produzia, a desentranhar-se em toneladas de boa madeira de eucalipto.

Os lavradores serranos de pobreza congénita viam com as suas pequenas matas que com muito sacrifício ergueram ou, por vezes, com apoio estatal (parece-me da Junta de Colonização Interna e Fundo de Fomento Florestal) não o seu «el-dorado» mas pelo menos um certo desafogo quando, ao fim de longos anos (10 a 12) conseguiam por fim receber (às vezes com que dificuldade) o que os intermediários da Socel ou das outras companhias lhes queriam dar.

Mas o tempo passou. Deu-se o 25 de Abril e com as «Sóceis» todas estatizadas parecia, à primeira vista, que o sector sofreria forte impulso sabido como é que

«Portugal é um País de pau e de pedras». Mas não. As aquisições de madeira de eucalipto deixaram-se de se fazer e o pequeno e médio produtor florestal estão em verdadeira crise. E em verdadeira crise estão também os que se dedicavam às actividades complementares nomeadamente os lenhadores e comerciantes de madeira. E são muitos creia-se.

Este pequeno artigo pretende alertar os poderes públicos para a posição angustiante dos produtores de material lenhoso do Algarve principalmente os do núcleo de arborização de Monchique e do Caldeirão (Barranco do Velho) que vêm as suas matas envelhecerem e os compradores a não aparecerem.

Assim como se arborizará o grande deserto que é, ainda, a serra do Algarve?

Assim como melhorar o nível de vida do serrenho?

GREGÓRIO DA ROSA

NOTAS SOLTAS SOBRE
O CARNAVAL DE LOULÉ

CIVISMO DOMINANTE

em cerca de 400 empresas

Segundo comunicado da ANOP, o ministro do Comércio, António Barreto, durante os trabalhos do comité consultivo da Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), decorridos em Estocolmo, teria revelado que «as autoridades legislativas serão proximamente chamadas a rectificar diversas leis muito importantes provenientes do governo: relações de trabalho, indemnizações aos possuidores de ações de empresas nacionalizadas, desenvolvimento agrícola e reforma agrária, sistema geral de preços e outras, em particular a cessão da intervenção do Estado em cerca de 400 empresas».

Mais de 25 000 pessoas, assim foi estimada essa assistência volumosa, que mais ou menos exuberantemente se exteriorizou, cantou, riu e dançou e tudo dentro da melhor ordem e compostura.

Não restam dúvidas que as pessoas que participaram no Carnaval de Loulé são credoras de merecidos encómios. Estamos todos de parabéns e também a nossa hospitalidade é extensivamente, o Algarve.

OS SENÕES DAS BILHETEIRAS

Costuma-se dizer que não há bela sem senão. O mesmo se pode aplicar ao sector das bilheteiras.

O certo é que, ou pelo seu número exíguo ou pela sua colocação, registou-se um congestionamento insólito junto das bilheteiras, que denotaram grandes dificuldades para atender o público.

Admite-se que não se chegaram a vender muitas centenas de bilhetes devido a precisamente ao amontoado desordenado de pessoas, que concorreu para desanimar muitas outras não tendo assim em contrapartida o ensejo de apreciar o cortejo, como tencionavam.

Até houve falta de bilhetes.

São pormenores a considerar em relação ao futuro.

Empenhamento da Esposa do Presidente da República no combate à droga

Numa reunião de carácter particular, a esposa do Presidente da República, dr.ª Manuela Ramalho Eanes, participou em trabalhos com docentes ao combate à droga.

No colóquio tomaram parte diversas pessoas e entidades todas elas interessadas nesta meritória campanha.

A reunião citada decorreu no Centro Coordenador do Combate à Drogas.